

O continente Mato Grosso Superlativo histórico em cartografia temática

SESSÃO TEMÁTICA: PROCESSOS FORMATIVOS SOBRE A PAISAGEM

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor: Fernando Birello de Lima¹

RESUMO

Este artigo visa estabelecer um panorama epistemológico multiárea ao enorme, e superficialmente explorado, objeto empírico concernente aos respectivos superlativos territoriais, culturais, históricos e naturais do chamado "Mato Grosso Histórico", recorte empírico este que abarca os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, elencado por via de Cartografia temática no registro, via modalidade de acesso e permanência, da ocupação histórica do território e na formação de suas cidades, relatando algumas especificidades histórico-culturais de sua ocupação e formação institucional e identitária, ainda que, num primeiro momento, e sob o ponto de vista de uma narrativa dominante de circunstância colonial e violenta, mas que se desenvolve mais miscigenada e autóctone em função da passagem do tempo, cristalizada no estabelecimento de suas localidades citadinas, e em algumas de suas artefactualidades, às quais se antevê, ainda que não profundamente, potenciais espacialidades inventariáveis, sejam coloniais, do período imperial ou contemporâneas, acadêmicas ou vernáculas, puristas ou híbridas, de algumas de suas peculiares arquiteturas e populações atuantes nessas inexploradas paisagens interrelacionáveis.

PALAVRAS-CHAVES: Mato Grosso Histórico; territorialidades; Cartografias temáticas; artefatos.

ABSTRACT

This article aims to establish a multi-area epistemological overview to the enormous, and superficially explored, empirical object concerning the respective territorial, cultural, historical and natural superlatives of the so-called "Historical Mato Grosso", an empirical selection that encompasses the current states of Mato Grosso, Mato Grosso do Sul and Rondônia, listed by thematic cartography to record the historical occupation of the territory and the formation of its cities, reporting on some of the historical and cultural specificities of their occupation and institutional and identity formation, even if, at first, and from the point of view of a dominant narrative of colonial and violent circumstances, but which develops more miscegenated and autochthonous as time goes by, crystallized in the establishment of its citadines places, and in some of its artefacts, to which we can foresee, although not in depth, potential inventable spatialities, whether colonial, from the imperial period or even contemporaneous, academic or vernacular, purist or hybridized, of some of its peculiar architectures and populations that are active in these unexplored interrelated landscapes.

KEYWORDS: Historical Mato Grosso; territorialities; Thematic cartographies; artifacts.

¹ É Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAE-UNEMAT, doutorando no IAU-USP, no Núcleo de Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (N.ELAC). É mestre em Estudos Interdisciplinares de Cultura (ECCO) pelo IL-UFMT (2012), e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela FAET-UFMT (2001). Detém ênfase na interdisciplinaridade com os temas: Meta-modelagem informacional, Inventariação, Linguagem arquitetônica, Compatibilização de engenharias e Especificação de custos. ORCID: 0000-0001-6608-8656. Lattes: 1344693243910908. Contato: birello@unemat.br



“Mato Grosso encerra em sua própria terra
Sonhos guaranis
Por campos e serras a história enterra uma só raiz
Que aflora nas emoções
E o tempo faz cicatriz
Em mil canções
Lembrando o que não se diz
Mato Grosso espera esquecer quisera
O som dos fuzis
Se não fosse a guerra
Quem sabe hoje era um outro país
Amante das tradições de que me fiz aprendiz
Em mil paixões sabendo morrer feliz
E cego é o coração que trai
Aquela voz primeira que de dentro sai
E às vezes me deixa assim ao
Revelar que eu vim da fronteira onde
O Brasil foi Paraguai.”

(Paulo Simões & Almir Sater, **Sonhos Guaranis**, 1982).



1 INTRODUÇÃO

É mister, na narrativa dominante da memória coletiva brasileira, a referência ao Mato Grosso, como uma das *superlatividades* territoriais da identidade histórica de integração nacional e institucional, funcionando como uma alegoria fabulosa da extensão subcontinental, e natural, da América colonial portuguesa. A essa superlatividade, se anteviram diversas ações arbitrárias colonizadoras, que demandaram espionagem, progressiva produção cartográfica de navegação e mapeamento, e o deliberado planejamento geopolítico de sua conquista, em ações estratégicas de acesso, de permanência, e de incorporação e/ou apagamento de sua população original, em desdobramentos institucionais, culturais, textuais, artefactuais e habitacionais.

Este recorte circunstancial e espacial, ainda que arbitrário, detém condicionantes logísticas e factualidades históricas, principalmente nas modalidades de fluxo migratório, e estes com toda a viabilidade a qual estavam submetidos temporalmente, ocasionando certo isolamento geográfico. Este isolamento, naturalmente, na incorporação e miscigenação regional, ainda que por via violenta, proporcionou o desenvolvimento de peculiaridades culturais autóctones, que se seguiram, com a passagem dos decênios, na consolidação de desdobramentos habitacionais e ambientais autodeterminados às paisagens locais, salientados pelas constituições de algumas fortificações, e da formação dos primeiros arraiais e acampamentos, os quais se tornariam as primeiras localidades, freguesias, vilas e cidades do aqui denominado “Mato Grosso histórico”².

A essa observação histórica (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990), consegue-se registrar peculiaridades e particularidades relacionadas diretamente à circunstância de formação das atuais cidades dos três entes federativos, estabelecidas pela modalidade de acesso e circunstância geopolítica de cada recorte espaço-temporal antevisto, tendo-os como influenciadores dos cenários e paisagens urbanas resultantes desta, produzidos à época de cada recorte espaço-temporal, os quais delimitam e encenam paisagens refratadas a esses condicionantes. Haja vista da necessidade de se desenvolver as noções de territorialidade e função dos processos circunstanciais e históricos, consecutivos sobre ações específicas coordenadas, os quais conseguem estabelecer uma leitura geopolítica procedural, definindo e estabelecendo temporalmente a respectiva identidade cultural e paisagística, integrada, ainda que distendida geograficamente, os subtópicos subsequentes que trazem o conceito de **território** (em **identificação**, **comunicação** e **consolidação**), já que, cada qual com o seu recorte analítico, discorrem sobre os condicionantes produtivos, sociais, geopolíticos, econômicos e antropológicos, da formação da territorialidade do Mato Grosso histórico, desde as primeiras incursões portuguesas, no século XVII, até a consolidação das políticas de ocupação das últimas décadas do Séc. XX, assim como da formação das institucionalidades sociais, naturais, políticas e institucionais relacionadas, constituindo a consolidação de uma metaterritorialidade regional e específica.

² Em “Cenários da Fronteira Oeste: História e historiografia de Mato Grosso (Séculos XVIII e XIX)”, de Nauk Maria de Jesus (2020, pp. 228-229), no artigo “De capitania à província de Mato Grosso: história e historiografia de Mato Grosso” se discorre sobre as terminologias historiográficas já abordadas como “antigo Mato Grosso”, “Mato Grosso uno”, sendo estas utilizadas por outros autores sul-matogrossenses, os quais visam afirmar a identidade geopolítica sul matogrossense, demarcando a iminência geopolítica da separação territorial estabelecida, e “capitania” e “província” de Mato Grosso, utilizada pelos autores radicados ao ente federativo remanescente. Esta pesquisa, no entanto, prefere observar a complexidade das circunstâncias e recursividades sistêmicas do ente histórico, identitário e territorial original, à despeito de seu histórico de secessão, e alheia a deferências plutocráticas e oligárquicas, utilizando o termo “Mato Grosso histórico”, haja vista de que, nacionalmente, e fora de seus limites territoriais e fronteiras culturais, o entendimento do “Mato Grosso”, assim o é de forma una, ainda que complexa e até misteriosa, como se ainda permanecesse na integridade *bravia* de sua primeira menção documental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ainda no Séc. XVII, a bandeira de Raposo Tavares é a que primeiro se deparou com essa imagem de uma massa vegetal bruta, tanto pela exuberância de seus três biomas característicos (Amazônia, Cerrado e Pantanal), quanto pela sua intransponibilidade presumida, (diversas serras, chapadões e altiplanos para além de demais remansos fluviais), que perpetrariam o termo *Mato Grosso* na história do Brasil e da América do Sul, e para o qual, J. Gonçalves da Fonseca, em seu livro *Notícias da situação de Mato Grosso e Cuiabá*, confirma esta informação:

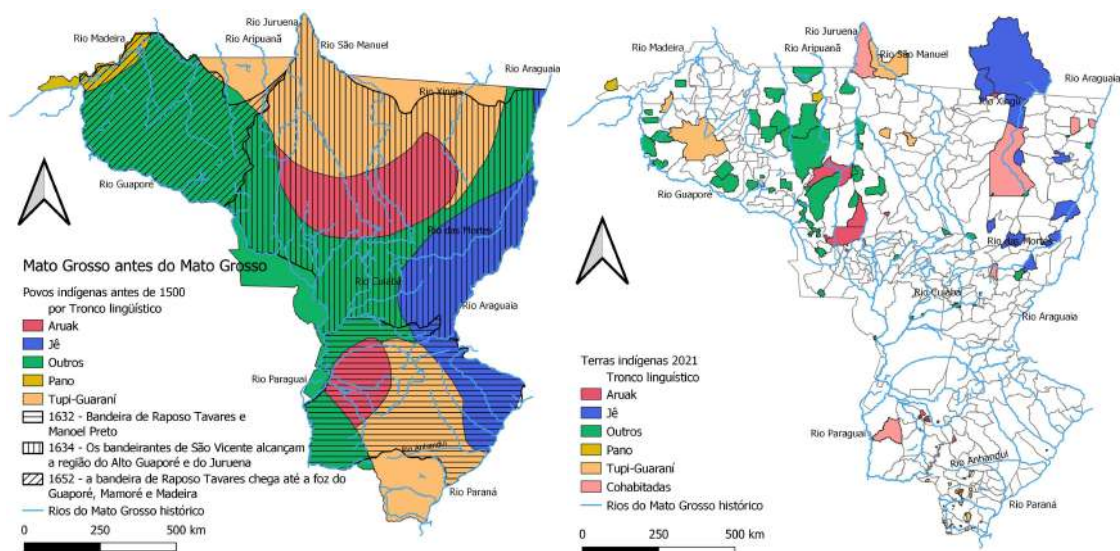
“... logo que os paulistas Fernão e Arthur Paes de Barros baixaram à planície oposta aos campos dos Parecizes (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes) toparam com matas virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo o foram apelidando Mato Grosso: e êste é o nome que conserva todo aquele distrito” (FERREIRA, 2001, p.43; Apud. FONSECA, 1866)

Essa contemplação de uma massa subcontinental presumidamente desolada e isolada, tal qual algum tipo de *Deserto verde*, funcionou substancialmente para torná-la naturalmente fronteira e barreira geopolítica, marco histórico e cultural entre duas nações estrangeiras que se melindravam e afagavam, ao mesmo tempo em que transformavam significativa e violentamente a realidade sócio cultural desta faixa territorial sul-americana.

2.1 Territórios em identificação (Séc. XVIII e XIX)

Até meados dos Séc. XVII e XVIII, avessos e indiferentes ao litígio colonial por essa condição de intransponibilidade, centenas de nações e povos indígenas, autodeterminavam e ocupavam suas próprias fronteiras étnico-culturais através do território mato-grossense por meio da língua, pois “não existe o índio genérico, existe sim, o *Nambikwára*, o *Xavante*, o *Bororo*.” (FERREIRA, 2001, p. 148). Das línguas indígenas brasileiras e seus troncos originais àquela época, atualmente ainda se detém, dentro do território mato-grossense (Fig. 1) os: *Apiaká*, *tapirapé*, *kamayurá*, *zoró*, *kayabi*, *auetí*, *mundurukú*, *juruna*, *arára*, *itogapúk* e *cinta-larga* (tupi), *mentuktíre*, *kren-aka-rôre*, *txukarramãe*, *suyá*, *xavante*, *karajá*, *bororo*, *umutina* e *rikkaktsa* (macro-jê), *paresi*, *salumã*, *wawrá*, *mehináku* e *yawalapiti* (arwák), *trumái* e *iranxé* (línguas isoladas) e *bakairí*, *nahukuá*, *matipúhu*, *kalapalo*, *txikão*, *nambikwára do Norte*, *nambikwára do Sul* e *sabanê* (línguas alófilas). (FERREIRA, 2001, p. 148).

Figura 1. Distribuição das nações indígenas no Mato Grosso histórico, no descobrimento e época atual.



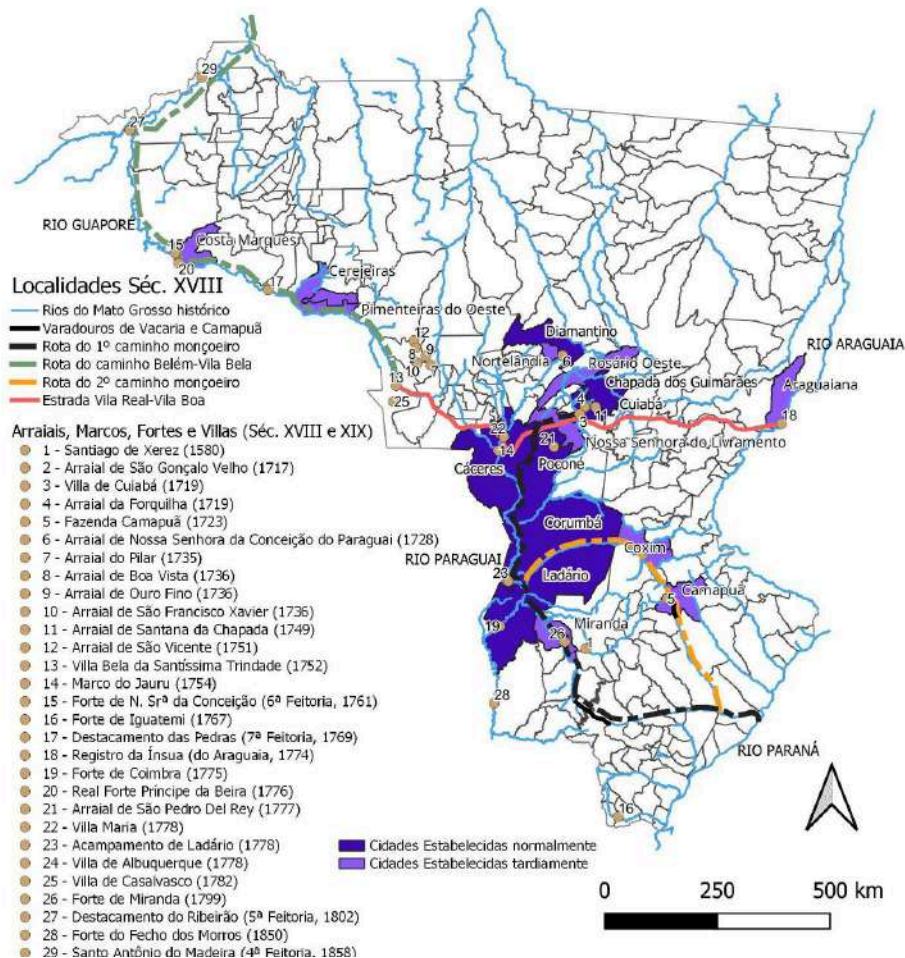
Fonte: elaborado pelo autor, 2021.


Nessa formação do Mato Grosso histórico, outrora imensurado e ocupado nomadamente por essas nações tradicionais, ao se estabelecer povoados coloniais na formação de Arraiais, Vilas e Fortes, confinou-se e restringiu-se o usufruto desas nações em áreas específicas, hoje em dia até coabitadas, o que seria impensável de se atribuir à época pré-cabralina.

2.1.1 Arraiais, Vilas, Fortes e Marcos

Não há documentação que se comprove ou se registre estritamente sobre, mas dados os desdobramentos e escaramuças diplomáticas deflagradas em todos os trâmites dos demais tratados assinados desde o de Madrid (na verdade, desde o de Tordesilhas) (JESUS, 2020, pp. 133-139), há indícios de que a coroa portuguesa bem sabia até onde pretendia estabelecer suas novas fronteiras coloniais. Às atividades monçoeiras, que estabeleceram as rotas mais viáveis de acesso e circulação até as recém descobertas **minas do Cuyabá** (1719), se sobrepuseram a criação de outros arraiais de exploração aurífera, e de inúmeras roças, para o cultivo de alimentos, como no caso da **fazenda Camapuã** (1723), assim como de guarnições militarizadas (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 208-2013). Com a descoberta de minas no território dos índios Goiases (ou Goiá), entre 1725 e 1729, e o estabelecimento de Vila Boa de Goiás em 1736 (ENARÉU, 2021, p. 93), acabou por se criar uma rota alternativa terrestre, para além das rotas monçoeiras, até Cuiabá, a Estrada Real Vila Boa de Goiás – Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá (Fig.2).

Figura 2. Arraiais, Vilas, Fortes e Marcos, e principais rotas de acesso no Mato Grosso histórico, durante o Séc. XVIII e XIX (antes da Guerra do Paraguai)





Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Com o passar do tempo, a Estrada Real desenvolveria extensões e ramais para as novas Vilas de São Pedro del Rey (atual **Poconé**, 1777), Maria de São Luís (atual **Cáceres**, 1778), e à demais arraiais estabelecidos na bacia do Guaporé, com destaque às Vilas de **São Francisco Xavier** (1736) e **São Vicente** (1751; LUCIDIO J. A., 2004), as quais dariam guarida à fundação de **Vila Bela da Santíssima Trindade** (1752), a primeira cidade da Capitania, e pelos quais não se tratavam apenas de recantos voltados à produção de agricultura de subsistência, mas também serviram para estabelecer os limites das áreas de garimpo entre os colonos (SILVA J. M., 2011, pp. 31-38).

A expansão da fronteira, desenhada e recortada pela linha do Paraguai ao Guaporé, só pôde ser diversificada, para além das missões monçoeiras (vindas pelos varadouros de Vacaria e Camapuã), através do estabelecimento de uma rota de acesso para comércio e serviços advindos de Belém do Pará até a bacia do Guaporé, em Vila Bela, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, p. 210). E pela qual ocasionou a criação de Feitorias locais para a guarnição da navegação e das fronteiras estabelecidas pelo trecho, onde se localizavam a redução de **Santo Antônio do Madeira** (5ª Feitoria), e no **Destacamento do Ribeirão** (4ª Feitoria), e que advieram, em alguns anos, nas cidades de Porto Velho e Guajará-mirim (CASTRO, 2019, pp. 457-461). A subida do trecho, na foz do Guaporé, e em área de litígio com incursões espanholas, exigiu a construção da maior edificação militar portuguesa construída fora da Europa, no Brasil Colonial (CASTRO, 2019, pp. 462-471), o **Real Forte Príncipe da Beira** (1776). Sistemáticamente abandonado após a Guerra do Paraguai, apenas em 1914, com a passagem da **Comissão de Linhas telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas** é que se realizaram trabalhos de limpeza para salvá-lo do ocaso institucional.

Na porção sul, no decurso do Rio Paraguai, e com destino ao estuário do rio da Prata, a partir de Albuquerque (atual **Corumbá**, 1778) e de **Ladário** (1778), também fortificadas, se estabeleceria o Presídio, depois convertido em Forte, de **Coimbra** (1775), e o qual permanece em atividade de uso das forças armadas brasileiras até hoje, (CASTRO, 2019, pp. 381-424). Soma-se ao caso da Vila de Albuquerque (Corumbá) o Forte de **Miranda** (CASTRO, 2019, pp. 389-390), o qual, assim como Albuquerque, também acabou por tornar-se uma cidade consolidada (1799), tendo como dado mais curioso sua sucessão à povoação espanhola de **Santiago de Xerez**, estabelecida entre 1580 e 1632, a qual não resistiu às investidas Guaicurus e Paulistas (CASTRO, 2019, pp. 373-374). Com o estabelecimento das confrontações do Tratado de Santo Idelfonso, a existência de fortificações específicas para a animosidade geopolítica logo perderiam a sua serventia, culminando em sua ruína, como foi o caso do **Forte de Iguatemi** (1767), que estava localizado em território espanhol de até então, e atual extremo sul do estado de Mato Grosso do Sul (CASTRO, 2019, pp. 375-376).

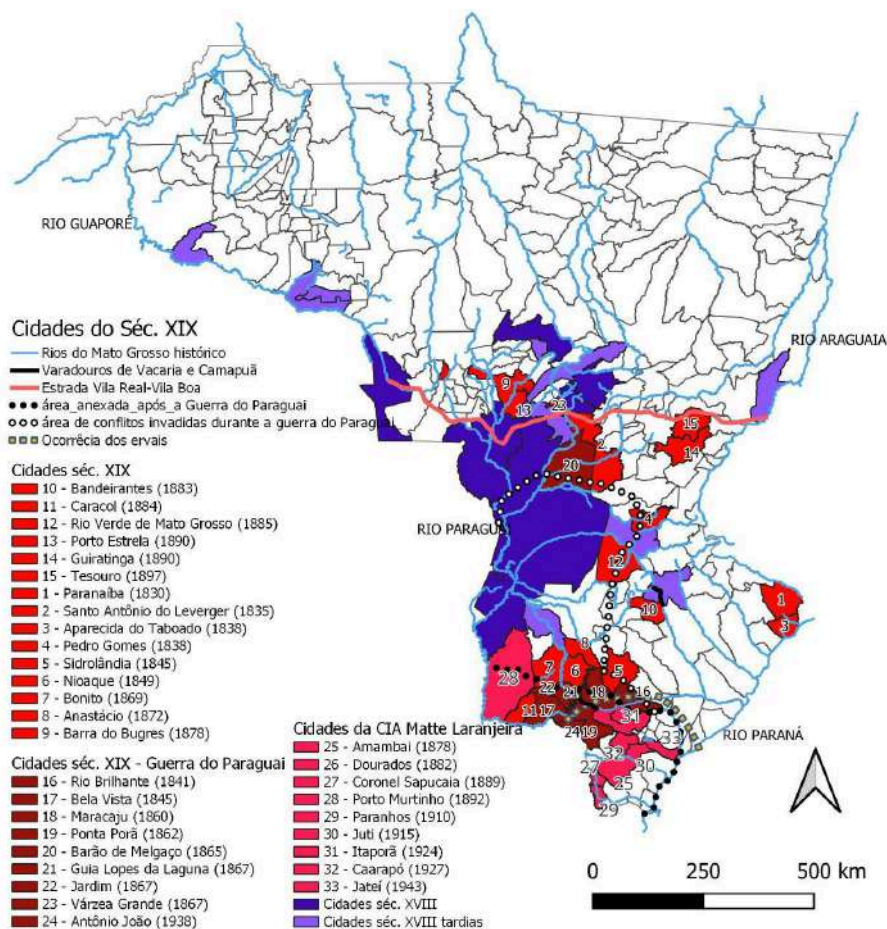
À parte desses artefatos, e por conta do Tratado de Madrid, o **marco do Jauru**, impressionante monumento arquitetônico feito de mármore, seccionado em duas partes, uma com o brasão português e outra com o brasão espanhol, seria Instalado “em 1754, (...) na barra do Rio Jauru.” (FERREIRA, 2001, p. 405). Em 1833, o marco foi trasladado para o centro da cidade de Cáceres, em frente à sua Igreja matriz, onde se encontra até hoje. (FERREIRA, 2001, p. 406).

2.1.2 Maldita guerra!!

Do desenvolvimento e desdobramento das localidades originais do Séc.XVIII, assim como da consolidação do trânsito “do litoral para o interior”, tanto pela navegação pelo Rio Paraná, quanto pelo acesso terrestre pela Estrada Real Vila Boa-Vila Real, advieram novas localidades, como **Paranaíba** (1830), **Santo Antônio do Leverger** (1835) e **Aparecida do Taboado** (1838).

Ainda que com essa consolidação definida pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777), que pretendia resolver definitivamente o litígio na fronteira entre coroa portuguesa e espanhola na América do Sul, não se previu as demais escaramuças e embates de libertação colonial que se seguiram no século seguinte. (FERREIRA, 2001, pp. 54-55) Da criação dos novos países Sul-americanos, o pior estranhamento se daria na **Guerra do Paraguai** (1864-1870), conflito geopolítico entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) que se desenrolou nas regiões fronteiriças entre as nações envolvidas, possibilitando um contato, ainda que forçado, entre culturas estabelecidas, e distintas, o que as marcaria e influenciaria mutuamente, principalmente no atual Mato Grosso do Sul (Fig. 3), invadido e ocupado à época do conflito (FERREIRA, 2001, pp. 58-59).

Figura 3. Mapa temático: ocupações do séc. XIX, e as reminiscências do séc. XVIII no Mato Grosso histórico, com destaque para a demarcação da área ocupada durante a guerra do Paraguai (1865-1870)



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Com o final do conflito e a capitulação do Paraguai, na assinatura do Tratado de Loizaga - Cotegipe³ (1872), regiões em contestação e litígio fronteiriço desde o período colonial, como a **região do Itatim** (Entre os rios Apa, Taquari, Paraguai e a Serra de Maracaju), e a **bacia Sudoeste do Rio Paraná**, onde estava instalado, desde o Séc. XVIII, o Forte de Iguatemi, foram

³ Brasil. **Decreto nº. 4.911, de 27 de março de 1872.** In Portal Câmara dos Deputados. Consultado em 14 de fevereiro de 2024. Acessível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4911-27-marco-1872-550978-publicacaooriginal-67047-pe.html>



acrescentadas, assim como uma série de localidades originalmente paraguaias, e também fortificadas, como **Bela Vista** (1845) e **Ponta Porã** (1862). O caso de **Várzea Grande** (1867) é particularmente atípico sobre essa circunstância, pois ainda que contígua à Cuiabá e distante da área do conflito, surgiu enquanto acampamento militar e de quarentena para prisioneiros e soldados vítimas das mais variadas doenças sanitárias acometidas às insalubres condições de aquartelamento da tropas de ambos os lados.

2.1.3 O desenvolvimento pós-guerra

Segundo QUEIROZ (2006, p.156), ainda na metade final do séc. XIX, e até a primeira metade do séc. XX., na transição do Império (1822-1889) para a República Velha (1889-1930), enquanto o

“‘Norte’ permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, todo o Sul recebia (...) beneficiado com a liberação da navegação pelo rio Paraguai em direção ao estuário do Prata (...) um regular fluxo de migrantes brasileiros (paulistas, mineiros, paranaenses e, sobretudo na última década do século XIX, sul-rio-grandenses), além de imigrantes estrangeiros, sobretudo paraguaios.”
(IDEM)

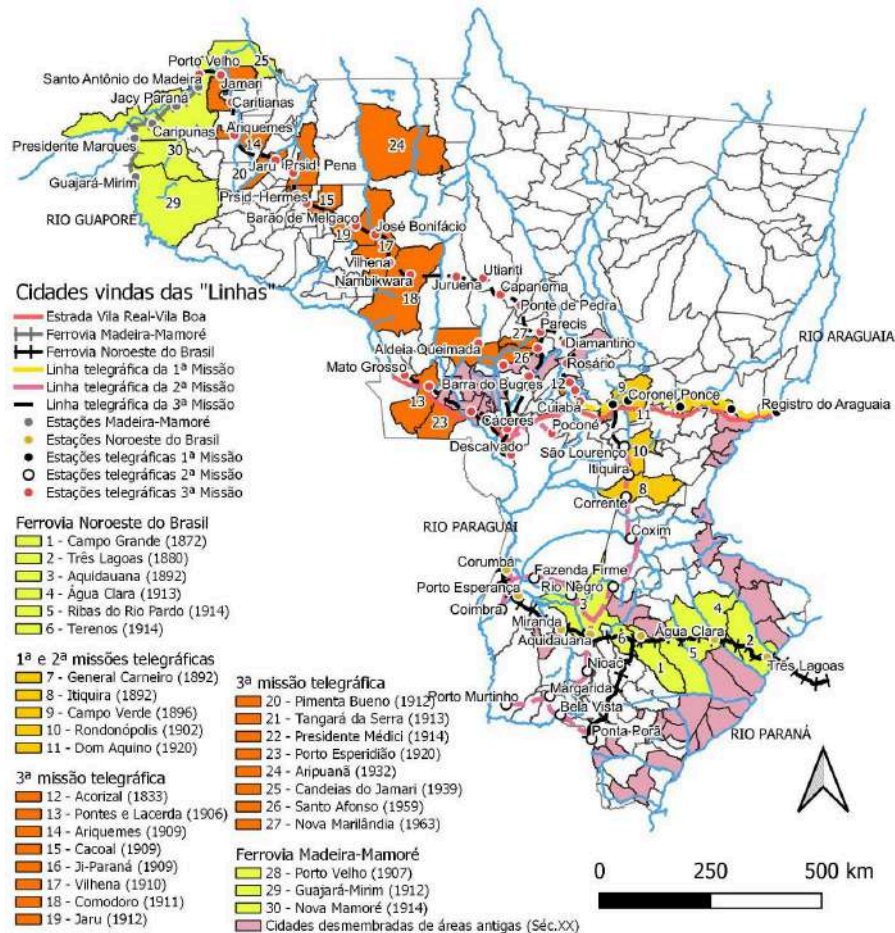
e pelos quais novas áreas no estado, mais especificamente na porção mais ao sudeste (e advinda do espólio da Guerra) onde a economia ervateira do mate (*Ilex Paraguariensis*) se realizaria até a década de 1960 (QUEIROZ, 2015. p.205), sob o virtual monopólio da **Companhia Matte Laranjeira**, e pela qual, segundo QUEIROZ (2015. pp. 215-216), se desenvolveram localidades especificamente voltadas à logística de suas atividades. A principal cidade oriunda desta atividade foi **Porto Murтинho** (1892), fundada à margem esquerda do rio Paraguai, no extremo sudoeste do território do Itatim, distante das áreas dos ervais, ao sudeste, mas imprescindível para o escoamento da produção ervateira. Mais especificamente nas áreas do ervais (situados mais de 300 km a sudeste, já na bacia do rio Paraná), e ligadas a Porto Murтинho pela antiga “estrada carreteira” (IDEM p. 216), aberta pela Companhia, fundou-se as localidades de **Dourados** (1884), que havia sido palco do teatro da Guerra do Paraguai, e que se tornaria um pólo regional de administração da Companhia, assim como **Amambai** (1878), **Coronel Sapucaia** (1889), entre outras, remanescentes do cultivo ancestral do mate pelas suas populações tradicionais, indígenas e paraguaias.

Demais atividades extrativistas mediadas pelas mais variadas companhias agrícolas e de colonização, ocasionaram o irrompimento de outras cidades no território mato-grossense, como **Barra do Bugres**, (1878) marcada pela exploração da poaia (*Cepaeles Ipecacuanha*), e **Guiratinga** (1890), ligada ao contexto de ouro e diamante.

2.2 Territórios em comunicação (Séc. XIX e XX)

À urgência de se “romper os grandes espaços ‘vazios’ da américa” (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, p. 227) na urgência de uma “modernização” nacional, entre o final do Séc. XIX, e início do Séc. XX, advieram o transporte ferroviário e a implementação das primeiras **linhas telegráficas** (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, p. 227), em três missões (1890, 1906 e 1914, Fig. 4), na abertura de estradas e da revisão cartográfica de novos territórios e povos “sertanejos” (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 230-231). Muitas dessas estações se tornaram vilas, estando algumas delas dentro de agrupamentos indígenas, o que originaria novas cidades nas décadas seguintes, como **Rondonópolis** (1902) e **Vilhena** (1910). (WALDOW, 2018, pp. 78-79)

Figura 4. Mapa temático: Cidades das “Linhas”, oriundas das missões telegráficas e do estabelecimento de linhas ferroviárias entre o final do séc. XIX e início do Séc. XX



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

No mesmo período, é empreendido como parte do cumprimento do tratado de Petrópolis, acerca da compra do Acre, se viabilizando o acesso da borracha produzida na Bolívia até o porto de Belém, entre as cidades de **Guajará-Mirim** (1912) e **Porto-Velho** (1907), a **estrada de ferro Madeira-Mamoré**, a qual funcionou até 1966, tendo sido um dos feitos mais inacreditáveis e trágicos, da engenharia de transportes no Brasil (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 239-243), mas que foram determinantes para a devida integração e desenvolvimento da “última fronteira” do imenso subcontinente mato-grossense, e desta faixa do território brasileiro (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 243-248). Esse desdobramento ganharia mais celeridade com a implementação das políticas de “Marcha para o Oeste”, a partir do Estado Novo, e sobre as quais desencadeariam-se uma modernização irreversível em todo o território, principalmente no estabelecimento do **Território do Guaporé** (1943), depois chamado de **Rondônia** (1982). (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, p. 255)

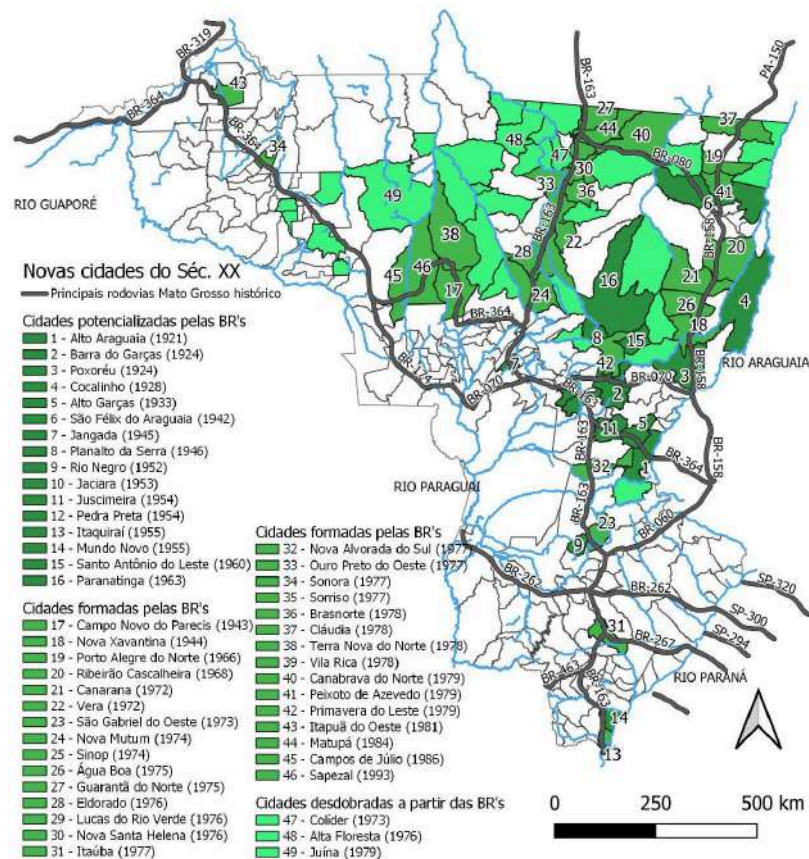
Ao sul do subcontinente, transpassando toda esta porção, foi construída a **Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)**, que advinha do estado de São Paulo, vindo do ramal de Bauru, passando pela cidade de **Campo Grande** (1872) e encerrando-se em Corumbá, para daí se ligar com a rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra, e pela qual, o intenso fluxo de mercadorias e pessoas, assim como da centralidade da sua posição, fez Campo Grande prosperar num curto intervalo de anos. Nessas circunstâncias, e em se somando o imenso “oceano pantaneiro” entre Corumbá e Cáceres, assim como grande parte das consequências


dos fatos ocorridos na ocupação estrangeira durante a Guerra do Paraguai, só se reforçou a construção de uma identidade “sul-mato-grossense” entre os moradores destas cidades, o que maturou, com a passagem do Séc. XX, na separação territorial do sul com o norte mato-grossense. (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 249-254) Graças a essa questão da nova e moderna ferrovia (com a presença de seu corpo técnico britânico), e de seu consequente desenvolvimento econômico (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 250-251), fez-se com que Campo Grande trouxesse uma produção arquitetônica dotada de ares cosmopolitas mais alinhada com São Paulo do que com Cuiabá (ARRUDA, 2002). A influência da passagem da NOBI pela porção sul do Mato Grosso histórico, pela natural facilidade e velocidade de acesso de pessoas, mercadorias e serviços, influencia todo um desdobramento de várias localidades, principalmente às margens do rio Paraná, e desde o Séc. XVIII. (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, p. 250)

2.3 Territórios em consolidação (Séc. XX)

Durante o séc. XX sucederam-se duas frentes pioneiras ao estado de Mato Grosso, dentro da questão da “Marcha para o Oeste” (OLIVEIRA I. C., 1984, p. 88). A primeira, no “Período democrático” (1945-1964), se potencializou e diversificou assentamentos na região centro-leste (atual região sudeste) do estado, e, na década de 1970, deu-se início à segunda frente, na ocupação da região extremo norte do território (Fig. 5). Projetos de adaptação urbanística foram efetuados em cidades desta região em especial, como, por exemplo, **Rondonópolis** (1953) e **Jaciara** (1958 - SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, p. 259), alinhadas com as novíssimas **BR-163** (vem do Paraná, passando por Mato Grosso do Sul e faz acesso ao Pará) e **BR-364** (vem de Goiás e faz acesso à Rondônia). (RIBEIRO FILHO, 1984, p. 96).

Figura 5. Mapa temático: ocupações e localidades do movimento migratório e dos caminhos tomados pela 2ª Frente Pioneira na fronteira agrícola brasileira, e como perpassaram pelas novas rodovias





Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Essa segunda frente pioneira é a que finalmente consolida o território mato-grossense enquanto unidade federativa institucionalizada, na pulverização de polos colonizadores, aberturas de novíssimas estradas regionais, imprescindíveis para o aquartelamento de suas populações migrantes (SIQUEIRA, COSTA, & CARVALHO, 1990, pp. 260-261). Dessa última frente pioneira, e com essas características peculiares de formação, planejamento e desenvolvimento, destacam-se as cidades de **Colíder** (1973), **Alta Floresta** (1976), **Sinop** (1974) e **Juína** (1979).

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Como este recorte de cartografia temática (BARROS, 2023) faz parte de uma base muito maior e mais complexa, advinda da pesquisa de doutorado, onde outras e mais diversas mediações multi-escalares têm sido sistematicamente produzidas, apenas a parte mais específica à dentro do superlativo territorial (o Continente ou subcontinente Mato Grosso) será apresentada aqui. Nessa tematização, procurou-se destacar, em Macro-escala de demarcação, relações de causa e efeito, ainda que não univocamente premeditadas, nas especificidades e peculiaridades da ocupação territorial de todo o Mato Grosso histórico, condicionada pelas **modalidades de acesso e permanência** no mesmo. Em se observando a **abertura e consolidação das principais rotas e vias de acesso**, e, pelas quais se desencadeou certa **progressividade e gradação espaço-temporais no estabelecimento de seus respectivos territórios**, se pretende estabelecer uma leitura temática suportada pelas **leis aplicadas da Gestalt⁴**, onde se faz imprescindível tentar demonstrar nessas cartas questões relacionadas à **Unidades** de território, a **Segregação** entre estas e as modalidades de acesso, a **Unificação** epistemológica possível entre estas, os **Fechamentos** possíveis e a **Continuidade, Proximidade** e demais **Semelhanças** espaço-temporais entre e internamente às unidades do território, buscando uma construção de **Pregnância da Forma** na sua organização final, por de “Qualquer padrão de estímulo tende a ser visto de tal modo que a estrutura resultante é tão simples quanto o permitiam as condições dadas” (CARVALHO & MOURA, 2008, pp.6-9, *apud*. RIGAMONTI, 1988, p.253).

Ainda que não se trate de uma cartografia sistemática, de desenvolvimento mais preciso e detalhado de certos dados geográficos (ARCHELA, 2000), no que tange à questão da base de dados em si para esta cartografia aqui apresentada, tem-se o uso de arquivos *Shapefile* da base do IBGE, ANA, FUNAI e DNIT, de precisão georreferenciada, como ponto de partida para o cruzamento de demais dados advindos de fontes cartográficas analógicas e secundárias, encontradas nas mais diversas fontes de referência.

As modalidades analíticas correlacionadas valeram-se não das referências de datas de decretos oficiais de fundação, mas dos registros e citações historiográficos de suas primeiras manifestações ocupacionais, as quais, para os preceitos da Arquitetura da Paisagem, e para o recorte desta pesquisa, são mais importantes e determinantes. Nesses termos, as feições delimitadas nos *Shapefile*, relacionadas às atuais municipalidades, serviram de referência para a **identificação e desenhos de rotas de acesso e de permanência no território**, de acordo com **as temáticas dos subcapítulos na fundamentação teórica**, e foram colorizados em convenção adotada para tanto: **azuis tendendo ao roxo** (para não se confundir com a delimitação dos

⁴ De acordo com CARVALHO & MOURA (2008, p.5), “Na Cartografia, a *Gestalt* atua de forma a auxiliar na composição final do mapa, tentando assim aplicar as categorias conceituais fundamentais consubstanciadas da **harmonia**, do **contraste** e do **equilíbrio visual** no mesmo” (grifos nossos).



principais rios do território), em tons claros e escuros, para localidades formadas e/ou influenciadas pelas ocupações setecentistas; três **matizes de vermelho** para os desdobramentos dessas ocupações durante grande parte do séc. XIX, sendo o menos saturado para as localidades formadas “naturalmente”, o mais saturado em preto para os desdobramentos durante e após a Guerra do Paraguai, e o mais saturado para o azul (um espécie de “rosa-escuro”), para as localidades diretamente formadas e/ou influenciadas pela atividade da CIA Matte Laranjeira); **amarelos e laranjas** para a implantação das linhas de “modernização”, das ferrovias e telégrafos, respectivamente; e o **rosa** para os eventuais desdobramentos da consolidação populacional desse período; três **matizes de verde**⁵ para as frentes de acesso rodoviário, durante a “Marcha para o Oeste”, sendo o mais escuro para localidades anteriores, mas potencializadas pelas rodovias nacionais, o matiz “intermediário” para as localidades formadas diretamente por estas rodovias, e o mais claro para as localidades influenciadas por elas, ainda que totalmente viabilizadas por estradas estaduais e vicinais, as quais não tiveram como ser ilustradas aqui; para se tentar salientar o caráter **histórico e politicamente segregado** da **condição dos etnoterritórios indígenas**, os mesmos, foram demarcados nesta cartografia temática por **hachuras**, demonstrando a sua **sobreposição excêntrica** à organização política das unidades federativas atuais.

4 RESULTADOS DA PESQUISA


O conjunto cartográfico temático aqui apresentado, nas suas informações temporais e geolocalizadas, ainda que arbitrariamente condicionadas à configuração atual da delimitação geográfica de suas municipalidades, pretendeu explanar uma maneira, uma estratégia, e até uma causalidade geopolítica, em função do modal de acesso e permanência ao território, na formação mais específica, endógena até, das localidades espaço temporalmente demarcadas, e das suas respectivas paisagens. Em se assim o tendo em uma escala macrorregional, trata-se apenas de uma inferenciação preliminar para a realização de análises inventariais mais complexas e diversas, em médio e microescalas, que se utilizariam de outras mediações mais específicas, e mais eficazes, na observação de toda a complexidade destas paisagens, como, por exemplo, em uma potencial cartografia da ocorrência dos dialetos do português brasileiro no território do Mato Grosso histórico, assim como de um almanaque inventário de estilos e cânones arquitetônicos, dos mais vernaculares, aos mais hibridados, haja vista do intervalo de tempo entre a sucessão das ondas migratórias, e da procedência destas.

5 DISCUSSÃO

Aproveitando essa condição de observação espaço-temporal, é tentador fazer uma ponte com a distinção que Milton Santos faz do **tempo**, como sequência (transcurso), como raio de operações (o espaço), e como riqueza de operações (2002, p. 21), e por onde:

“(…) se vê que (…) aparece como **sucessão**, permitindo uma **periodização**; depois aparece como **raio de operações**, isto é, **o tempo que nos é concomitante**, que nos é coetâneo, ou que foi coetâneo de uma outra geração, e essas duas acepções do tempo nos permitem trabalhar não só o espaço geográfico como um todo, mas a cidade em particular. Há uma ordem do

⁵ Como a cartografia realizada neste não trouxe quaisquer informações relacionadas especificamente aos biomas e respectivas vegetações do território, e em se somando a necessidade de possibilitar a leitura em vários níveis de graduação espaço-temporal, escolheu-se utilizar os matizes de verde para outras modalidades de classificação temática.



tempo que é a das **periodizações**, que nos permite pensar na existência de **gerações urbanas**, em cidades que se sucederam ao longo da História, e que **foram construídas segundo diferentes maneiras, diferentes materiais e também segundo diferentes ideologias.**" (IDEM, p.21, grifos nossos)

Não à toa essa cartografia procurou distinguir **condicionantes formais, artefactuais, técnicos e temporais**, portanto, e em como essas condicionantes, esses parâmetros, demarcavam o **espírito de seu tempo**, de seus valores éticos e estéticos, de algumas de suas cidades e arquiteturas, seja em leitura sincrônica ou diacrônica, mas sempre complexas, consecutivas e consequentes às suas populações, ambientes e paisagens.

A condição da decupagem deste artigo em suas limitações de lauda e de tema, fez com que não se apresentasse todo o material relacionado ao recorte empírico e epistêmico da pesquisa de doutorado desenvolvida até aqui, concernente à demais artefactualidades de médio e micro escala de paisagem dentro do Continente Mato Grosso, obliterando demais produções materiais (núcleos habitacionais e seus sistemas viários, edifícios relativos, cenários paisagísticos, etc.) e imateriais (ocorrência de dialetos, e demais objetos e práticas culturais autóctones) desta versão final, e que *per se* exigem a sua organização manuscrita em outros artigos em vista. Ademais destas circunstâncias e justificativas, entende-se que, cada mapa aqui apresentado, cada qual dentro de seu contexto, de seu recorte técnico-temporal, procura compartilhar uma observação sistêmica do processo de transição da territorialidade do subcontinente Mato Grosso pelas condições de: 1) **identificação de si** para com a presença institucional do colonizador, e de como este se irrompeu além dos limites geopolíticos pré-estabelecidos; 2) de **comunicação entre si e fora de si**, num momento incisivo de mudança de sua institucionalidade, e incorporando a modernidade expressa e universal do espírito de seu tempo; e 3) de **consolidação de si consigo mesmo**, em tudo a ser auto apropriado, seja pelo ainda violento choque de colonização, seja pela possibilidade dialética de hibridismos, mestiçagens e sincretismos, em um superlativo territorial ainda em formação.

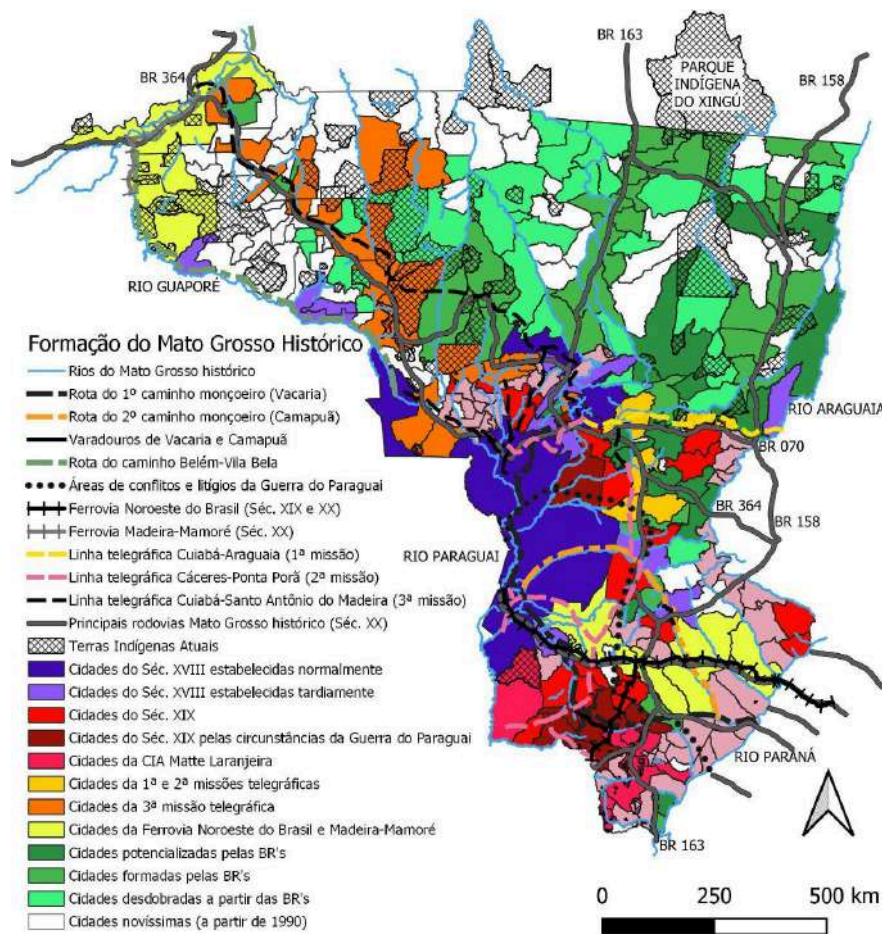
Especificidades mais restritas e exclusivas a diminutas espaço-temporalidades constituintes deste recorte aqui especificado, apontadas ao autor pela revisão cega submetida, ainda que pertinentes pela sua condição temática *per se*, poderiam potencialmente confundir a leitura final, tanto pela redução escalar de sua ocorrência, quanto pelo acréscimo de informação gráfica necessário para tal. Nesses termos, uma classificação mais generalizada foi necessária, ainda que, em outras circunstâncias e escalas cartográficas e/ou inventariais, não se excetue a possibilidade deste tipo e qualidade de acréscimo de informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último mapa apresentado aqui (Fig. 6), pode-se antever que a extensão superlativa do subcontinente Mato Grosso é condicionante do desenvolvimento potencial de territorialidades específicas. Estando estas definidas cada qual no espírito de seu tempo, pelas circunstâncias da modalidade de acesso ao território, depreendidas pelas ações geopolíticas de colonização e desenvolvimento sócio-cultural e econômico, e tendo, pois, suas respectivas espaço-temporalidades (ou técnico-temporalidades), simultaneamente participantes da condução de saberes e fazeres autóctones. Estando estes saberes cristalizados nos recortes fenomênicos condizentes às respectivas artefactualidades espaço-temporais, que se interrelacionam desde às reminiscências do Séc. XVIII, de Fortes vilas e arraiais, até ao cenário complexo, contraditório e sincretizado da contemporaneidade, onde foram, e continuam sendo produzidas, cada qual com a sua história e sua estética.


Justamente no que tange a exemplificar e demonstrar melhor estas artefactualidades citadas, e ainda que o resultado cartográfico seja satisfatório e didático, o fato de se conseguir ler apenas a temática macro escalar e macro temporal, não se conseguindo enfatizar as peculiaridades em médio e micro escala, é um pouco frustrante. A potencialidade epistemológica de toda a pesquisa realizada até aqui, a qual identifica no superlativo territorial do subcontinente Mato Grosso, num próprio, complexo, e original, sistema de paisagem cultural, precisará de outras oportunidades para se trabalhar devidamente as respectivas materialidades e imaterialidades correspondentes e concernentes na interrelação dessas escalas menores e mais detalhadas.

Figura 6. Mapa temático: histórico da formação geopolítica do continente mato grosso, pelas suas modalidades circunstanciais, desde as primeiras ocupações, no séc. XVIII, até a contemporaneidade



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Érico Veríssimo, em “o Tempo e o Vento”, mais especificamente no trecho de “A fonte”, do tomo de “O Continente ” (1949), translitera as circunstâncias da transformação geopolítica ocorrida na fronteira colonial entre as américas espanhola e portuguesa durante o século XVIII, na personificação assombrosa do “Continente do Rio Grande de São Pedro”, que avançava irrefutavelmente sobre os povos da missões guaraníticas daquela porção específica da bacia do Prata. Este “continente” não representava univocamente toda a dimensão superlativa espacialmente falando, mas tudo aquilo de inesperável e irreversível relativo à dimensão deste contato cultural. O continente era (é) uma entidade identitária coletiva sobreposta, e ao final, sincretizada, tal qual “um novo país”, como refletem Paulo Simões e Almir Sater, na epígrafe deste artigo.



O autor deste artigo toma a liberdade de reutilizar este termo, no intuito de depor uma construção civilizacional peculiar, estando esta identificável ao restante do Brasil enquanto uma superlatividade ainda una, como “uma coisa só”. Nisso, há de se refletir o fato de que essa observação generalizada de um “Continente” matogrosense, bastante anedótica pra quem é nativo ou radicado às remanescentes unidades da federação, ao Mato Grosso Histórico, não tratar-se meramente de pura ignorância do senso comum de quem “é de fora. Talvez se trate de uma identidade muito mais peculiar e significativa à formação da própria identidade nacional, onde se entenda como “Continente”, toda a vastidão do Brasil para além do litoral.

REFERÊNCIAS

ALMAÇA, C. **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira (Vol. II)**. Lisboa: Kapa Editorial, 2002.

AMADO, Janaína & ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

ANTONIL, A. J. Das Datas ou repartições das minas. Em **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, 2011.

ARCHELA, R. S. **Análise da cartografia brasileira: bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

ARRUDA, Â. M. Os edifícios ferroviários da Noroeste do Brasil em Campo Grande. **Arquitextos** (ano 03, n. 027.05). São Paulo: Vitruvius, agosto de 2002. Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/761>

BARRETO, N. M. **Bicas, fontes, chafarizes, caixa d'água velha e a água de beber no Espaço Urbano de Cuiabá (1790-1886)**. Cuiabá-MT: Carlini & Carniato Editorial, 2015.

BARROS, Jocilene. Os elementos fundamentais de um mapa temático. in **Geoaplicada** (sítio). Junho de 2023. Acesso em 15/12/2023. Disponível em : <https://www.geoaplicada.com/elementos-mapa-tematico/#:~:text=A%20cartografia%20sistem%C3%A1tica%20%C3%A9%20representada,%2C%20localidades%2C%20dist%C3%A2ncias%2C%20etc.>

BEHR, N. **Dicionário sentimental de Diamantino**. Brasília: Pau-Brasília, 2018.

CARVALHO, G.A. & MOURA, A.C.M. Aplicação das teorias Gestalt e semiologia gráfica como sistemas de leitura visual de apoio à cartografia temática. **II Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação (Anais)**. Recife - PE, 8-11 de setembro de 2008.

CASTRO, A. H. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2019.

CONTE, C., & FREIRE, M. D. **Centro Histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

DELSON, R. M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. (F. d. PINTO, Trad.) Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

ENARÉU, Mario Bordignon. **História Bororo**. São Paulo: Edições Verona, 2021.

FERREIRA, J. C. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Editora Buriti, 2001.



JESUS, N. M. **Cenários da Fronteira Oeste: História e historiografia de Mato Grosso (Séculos XVIII e XIX)**. Cuiabá: EdUFMT, 2020.

KEATING, V., & MARANHÃO, R. **Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro**. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.

KISHI, W. **Marco do Jauru**. Cáceres, MT, Brasil, 12 de dezembro de 2012. Acesso em 18 de maio de 2022, disponível em <http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3641>

LUCIDIO, J. A. Vila Bela e a Construção do estado de Mato Grosso no século XVIII. **Projeto fronteira ocidental: Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT**. Cuiabá: IPHAN, MINC, Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2004.

MATO GROSSO. **Projeto fronteira ocidental: Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT**. Cuiabá: IPHAN, MINC, Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002, 2004, 2005 e 2006.

MATO GROSSO. Casal Vasco: Elementos para preservação e revitalização. in **Projeto fronteira ocidental: Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT**. Cuiabá: IPHAN, MINC, Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2004.

MELLO, R. **Corumbá Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: biblioteca do exército, 1966.

OLIVEIRA, I. C. Alta Floresta: uma história com muitas interpretações. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 13**, 1984.

QUEIROZ, P. R. C. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Revista Territórios E Fronteiras, 8(1)**, 204–228, 2015. <https://doi.org/10.22228/rtf.v8i1.336>

_____. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (um breve ensaio). in **Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184**, 2006.

RIBEIRO FILHO, C. A. Construção de cidades: distância entre espaços propostos por urbanistas e ambientes feitos por gente – A experiência de Alta Floresta. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 13**, 1984.

SANTOS, D. **O patrimônio histórico-cultural de Ladário-MS: olhares sobre as manifestações populares e os bens a serem preservados**. Rio de Janeiro: Albatroz, 2019.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Ciência e cultura, 54**, pp. 21-22, 2002.

SILVA, D. N. Estado Novo e a Marcha para o Oeste. **Brasil Escola**. Acesso em 19 de maio de 2022, disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/estado-novo-marcha-para-oeste.htm>

SILVA, J. M. **Diamantino, 283 anos**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

SIMÕES, P., & SATER, A. Sonhos Guaranis [Gravado por A. SATER]. Em **Doma** [Música]. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Som Livre, 1982. Acesso em 25 de abril de 2022, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ByEEDj3WFm4>

SIQUEIRA, E., COSTA, L. A., & CARVALHO, C. M. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1990.



WALDOW, P. **As representações sobre/do patrimônio arquitetônico da Comissão Telegráfica de Rondon em Mato Grosso**. Dissertação (mestrado). (J. A. ZARBATO, Ed.) Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, programa de Pós-graduação em História, 2018.